



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Formação profissional**

## **OS DILEMAS CONTEMPORÂNEOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NOS MARCOS DOS 30 ANOS DO PROJETO PROFISSIONAL HEGEMÔNICO**

**WARLES RODRIGUES ALMEIDA<sup>1</sup>**

**LESLIANE CAPUTI<sup>2</sup>**

**RITA DE CÁSSIA LOPES DE OLIVEIRA MENDES<sup>3</sup>**

**VICTORIA LEMES FIGUEIREDO<sup>4</sup>**

### **RESUMO**

Trata-se de reflexões realizadas no Fórum de Estágio Supervisionado em Serviço Social, da UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, no ano de 2023, cuja temática da mesa redonda, se centrou no debate sobre “*Os Dilemas Contemporâneos do Estágio Supervisionado em Serviço Social nos marcos dos 30 anos do Projeto Profissional Hegemônico*”. O conteúdo do artigo foi desenvolvido de modo articulado entre protagonistas na concretização do estágio em Serviço Social: assistente social supervisora acadêmica; assistente social coordenadora de curso; assistente social em exercício da supervisão de campo e estagiária. A unidade teórica se dá pelo viés teórico-metodológico de embasamento marxista. Nas aproximações conclusivas pode-se afirmar que ainda são muitos os desafios para a materialização do estágio supervisionado conforme preconiza projeto de formação profissional hegemônico da categoria.

**Palavras-Chave:** Serviço Social; estágio supervisionado; Projeto Ético-Político.

### **ABSTRACT**

These are reflections carried out at the Supervised Internship in Social Service Forum, at UFTM - Federal University of Triangulo Mineiro, in the year 2023. The round table theme was focused on the

<sup>1</sup> Prefeitura Municipal de Uberaba

<sup>2</sup> Universidade Federal do Triângulo Mineiro

<sup>3</sup> Universidade Federal do Triângulo Mineiro

<sup>4</sup> Casa de Acolhimento São Mateus - Uberaba



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

debate on “The Contemporary Dilemmas of Supervised Internship in Social Service in the milestones of 30 years of the Hegemonic Professional Project”. The article content was developed in coordination among protagonists of Social Work: social worker, academic supervisor; social worker course coordinator; social worker in field supervision and intern. The theoretical union is achieved through a theoretical-methodological bias with Marxist basis. To sum up, there are still many challenges to the materialization of the supervised internship, as recommended by the hegemonic category of professional training project.

**Keywords:** Social Work; supervised internship; Ethical-Political Project

## 1. Introdução

E é tão bonito quando a gente entende  
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá  
É tão bonito quando a gente sente  
Que nunca está sozinho por mais que pense estar.  
(GONZAGUINHA, **Caminhos do Coração**. 1982)

O Serviço Social, uma profissão necessária para o Brasil, que não se esmorece frente aos grandes desafios impostos pelo capital, pelos donos dele, mas que tem evidentemente um lado, o da classe trabalhadora, o da justiça social, o do não retrocessos conservadores históricos, o da democracia e o da liberdade. A liberdade de pensar e lutar todos os dias por uma nova sociabilidade, sobretudo diversa e una. Nessa direção política, os princípios éticos da profissão encontram vazão e efetividade na própria dinâmica da formação e, também, no cotidiano do espaço sócio-ocupacional dos/as assistentes sociais.

Para tanto, uma formação sólida, consistente, fundamentada no arcabouço histórico teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo construído pela categoria profissional, dá a sustentação para a existência de um Serviço Social crítico e interventivo, preciso na análise da realidade social, mas atento às suas determinações sócio-históricas, que demandam para o Serviço Social o trabalho junto às expressões da questão social, decorrentes da relação capital/trabalho, na sociedade da desigualdade.

Para Yamamoto (2000, p. 16) é esperado ao assistente social “capacidade de decifrar realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano”.

A formação profissional, a formação continuada/permanente e o exercício profissional, são necessárias para se manter viva a chama do conhecimento, da resistência, com objetivo notório de mudanças cotidianas e quiçá societário. A luta se faz dia a dia, todo o dia e, assim se faz o Serviço Social e sua formação profissional imbricada e impactada por todo o contexto social, econômico, político que envolve a vida em sociedade. Uma formação comprometida com a realidade social requer, em seu processo, parcerias de extrema importância, que são os/as próprios/as assistentes sociais: docentes e profissionais alocados em espaços de trabalho do Serviço Social -os campos de estágio.

Aqui, nesta relação, todos são parte da formação do/a futuro profissional, sendo referência para este/a, com experiência exitosa ou não, é uma referência. Vê-se o quanto é séria e responsável a formação de uma pessoa para atuar frente a conjuntura que se desenha no processo histórico progressista e de retrocessos que impactam diretamente na vida e/ou sobrevivência da classe trabalhadora.

Aos profissionais que aceitam a atribuição privativa e enfrentam o desafio de serem supervisores de estágio, tanto acadêmicos, quanto de campo, o aprendizado se transforma também em força. Compõem o espaço tênue e valioso entre a formação e o exercício, mas sobretudo contribuem para que mais assistentes sociais entrem para a categoria tendo uma direção ética e política, materializada nas ações de valorização dos ser social.

É certo que para haver formação em Serviço Social, além dos/as assistentes sociais envolvidos, o/a estudante é a primeira parte desta relação. A escolha da profissão, a escolha das áreas de interesses para estágio e pesquisa, faz parte de uma vivência universitária que transpõe a sala de aula e, busca no seu próprio processo de enxergar o mundo o *lócus* profundo de aprendizagem para sua futura profissão. É aqui, exatamente aqui que entra ao estágio supervisionado e os meios para sua efetivação.

O Serviço Social é uma profissão essencialmente interventiva e o estágio em Serviço Social, no Brasil, existe desde a fundação das primeiras escolas de Serviço Social, na década de 1930 e, desde então o Estágio vem sendo construído e repensado juntamente com o movimento da própria profissão, legitimado na lei de regulamentação da profissão e no seu código de ética.

O estágio curricular em Serviço Social se caracteriza como unidade teórico/prática que se concretiza com a supervisão direta de supervisores/as acadêmicos/as e de campo, em espaços sócio-ocupacionais de trabalho do/a Assistente Social.

Desde 2013 foi implantado o fórum de Estágio no curso de Serviço Social da UFTM e, estamos aqui celebrando uma década de contínua reflexão/construção do estágio supervisionado em Serviço Social na UFTM via a importante estrutura do NESS. Muitos desafios vivenciados, superados e novos identificados, por exemplo no contexto da Pandemia pela covid-19.

## 2. Projeto Ético-Político do Serviço Social

O estágio supervisionado em Serviço Social ocupa papel central não somente contribuindo com o processo de formação pessoal de cada discente, como construindo ativa e assiduamente a categoria profissional enquanto uma totalidade. O espaço da formação acadêmica e política das profissionais assistentes sociais supervisoras de campo, acadêmicas e estagiárias é endossado nesse momento, e é nele que se fortalecem, também, os projetos de profissão e sociedade.

Assim, refletir sobre o Estágio Supervisionado enquanto um momento constitutivo do processo que é a formação acadêmica e continuada, bem como as perspectivas defendidas sobre esse momento enquanto parte constitutiva de uma categoria profissional, possui centralidade inegável na profissão.

Afinal, a dimensão de estágio adotada pelo Serviço Social se diferencia na prática, quando abraça a defesa de um estágio pedagógico formativo, contrapondo-se às lógicas produtivistas idealizadas pelo projeto político do capital - no qual o "natural" é que o estagiário tende a ocupar a função de trabalhador super-explorado: a "mão de obra barata".

Dessa forma, pensar no estágio em Serviço Social está intimamente ligado a pensar o projeto de formação e, por isso envolve, também, pensar o projeto de profissão e, portanto, no Projeto Ético Político (PEP), historicamente construído e hegemonicamente defendido.

O Serviço Social enquanto profissão nasce sob a doutrina da Igreja Católica e das defesas perspectivadas pelo Estado, sob o horizonte de mero executor de políticas assistencialistas e, portanto, reproduzidor do conservadorismo socialmente estabelecido na sociedade (NETTO, 2011). Nas palavras de Iamamoto "emerge-se como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador" (p. 23, 2013).

A partir de um processo de amadurecimento profissional, bem como das bases teóricas, éticas e políticas que perduraram a categoria, incentivadas pela inserção do debate crítico (apoiado no materialismo histórico-dialético), a profissão caminhou e caminha rumo a uma elevação em suas dimensões teórico metodológicas, ético políticas e técnico operativas. Assumindo uma postura crítica para refletir e atuar sobre as expressões da questão social.

Assim, o momento de intenção de ruptura com a herança conservadora e o movimento de reconceitualização da profissão, são construtos históricos que contribuíram para o estabelecimento da defesa intransigente dos direitos sociais e humanos, e portanto, da classe trabalhadora. Indicando a partir daí, o Projeto Ético Político que resiste até os dias de hoje, em todas as partes constitutivas da profissão e categoria profissional.

O Projeto Ético Político do Serviço Social diz respeito, sobretudo, a um projeto societário, que horizontaliza a emancipação da classe trabalhadora, expressando a perspectiva de uma outra sociabilidade, livre da exploração do homem pelo homem, verdadeiramente democrática, com acesso e garantia de direitos justos e reais a todos e todas. Isso é, um projeto radicalmente oposto à estrutura contemporânea, de sociedade capitalista.

O mesmo se manifesta no cotidiano do trabalho de cada assistente social, através de suas escolhas, reflexões, ações, estratégias e táticas para a consolidação do fazer profissional. Momento ao qual as assistentes sociais supervisoras acadêmicas e de campo, convidam as estagiárias a observarem e contribuírem mais de perto.

Assim, diz respeito a um Projeto de Formação que perpassa o reconhecimento da totalidade da historicidade dialética da profissão, essencialmente em seu sentido político formativo, teórico, técnico, operativo, metodológico e ético.

Refletir o Projeto Ético Político de Serviço Social, torna necessário compreender especialmente a perspectiva adotada por uma profissão para consolidação de sua prática profissional, embasada na crítica ao modelo de sociedade contemporânea capitalista conservadora, e direcionar-se sobretudo, a construção de uma nova ordem societária.

É esse projeto o responsável por direcionar o compromisso assumido pela categoria profissional, desde o momento da ruptura com a herança conservadora, avigorado em 1993. Diz respeito a um projeto coletivamente produzido, que irá se expressar concretamente na Lei de Regulamentação da Profissão, Código de Ética Profissional, Diretrizes Curriculares, e não menos importante que todos os demais pontuados, na atuação profissional, bem como nas entidades, conselhos e executivas de Serviço Social.

Ainda que o Código de Ética de Serviço Social de 1993 e a Lei de Regulamentação da profissão expressem os impactos e ressignificados do curso da 'intenção de ruptura', fica a cargo indispensável das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, o esforço de reorientação dos princípios formativos da profissão (SILVA, 2020). Afinal, é a partir das Diretrizes Curriculares que se indica a formação de um perfil profissional capaz de apreender o processo histórico enquanto



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

uma totalidade, e somar capacidade teórico metodológico, ético político e técnico operativo de intervir enquanto categoria profissional.

Dessa forma, de acordo com Silva (p.6, 2020), “é nessa direção que a atual proposta de estágio supervisionado em Serviço Social se alinha a esses princípios supracitados, que de forma indissociável, sustentam o legado crítico consolidado no bojo do Serviço Social nas últimas décadas [...]”.

### **3. Os Dilemas Contemporâneos do Serviço Social**

A vista do exposto, é inegável considerar que a profissão de Serviço Social se insere na ordem e divisão social e técnica do trabalho, organizada sobre a lógica do sistema capitalista. Assim o espaço político dentro e fora da categoria profissional sente os rebatimentos diretos e indiretos do cenário de disputas e conflitos próprios da luta de classes.

Dessa forma, o Projeto de Formação e Societário, portanto, o Projeto Ético Político defendido e abraçado hegemonicamente pelo conjunto da categoria profissional de Serviço Social, também se encontram imersos aos dilemas contemporâneos da sociedade, enquanto uma totalidade.

Afinal, ainda que o Projeto Ético Político do Serviço Social seja hegemonicamente defendido no seio da categoria profissional, não se trata de uma concepção homogênea. Portanto, dentro da própria categoria há expressões de outras perspectivas e opções por outros projetos societários, que apontam defesas diferentes das hegemonicamente defendidas.

O Serviço Social não pode ser visto como uma ilha isolada no mar do conservadorismo, por sua vez, altamente expressivo na sociedade contemporânea. O conservadorismo é produto próprio da estrutura da sociedade capitalista, e por isso, repercute na totalidade das relações sociais e profissionais.

Assim, o Projeto ético político enfrenta investidas do Serviço Social libertário; clínico, do próprio conservadorismo, entre tantas outras perspectivas destruidoras do projeto de profissão hegemônico, que é centrado na luta por uma outra ordem societária.

Os dilemas enfrentados pela profissão, pela formação, pelo estágio supervisionado, são então, dilemas enfrentados pela sociedade enquanto uma totalidade, pela classe trabalhadora e, portanto, que respinga também na categoria profissional de Serviço Social. A precarização da profissão; o sucateamento das políticas; a destituição dos direitos; o assistencialismo; a desprofissionalização; a não contratação de novos profissionais; o enfraquecimento e os diversos

ataques à política de assistência, educação e saúde são alguns dos exemplos de dilemas intoleráveis da contemporaneidade.

Outro exemplo gritante quanto aos dilemas contemporâneos, são os reflexos da pandemia da covid 19, somados a política do “não enfrentamento”, do antigo desgoverno neoliberal, representado na figura do Ex-presidente Jair Messias Bolsonaro e seus aliados.

O período destacado foi, na verdade, um momento em que se escancarou um contexto que já vinha sendo projetado, pela estrutura do capitalismo. Um cenário de intensa crise política, econômica, sanitária, em que se acirram as desigualdades sociais e a luta de classes, no qual até os dias de hoje a sociedade ainda sente fortemente os impactos.

Os tensionamentos sentidos pela profissão não são exclusivamente frutos das contradições enfrentadas pela natureza da profissão, mas somam-se as tensões explícitas pelo neoliberalismo em sua origem conservadora, da sociedade burguesa.

As investidas recentes do projeto de sociedade do capital, indicam através da reestruturação produtiva, flexibilização, terceirização e privatização, um contexto em que as condições de trabalho e vida sofrem de forma direta e negativamente (DURIGUETTO, 2007).

Assim, os efeitos das crises expressas na contemporaneidade, incidem em todos os âmbitos da sociedade - as profissões, a educação, as políticas, os direitos, a classe trabalhadora.

Dessa forma, no que diz respeito ao Estágio Supervisionado sob o horizonte defendido pelas Diretrizes Curriculares, enquanto parte constitutiva do Projeto Ético Político, a apreensão da totalidade da vida e dinâmica das relações sociais e investidas políticas com as contrarreformas do Estado representam a profissão, as supervisoras acadêmicas e de campo, ao conjunto da categoria profissional, um contexto extremamente frágil em condições materiais de enfrentamento, bem como precários as condições de vida e trabalho, enquanto totalidade.

Os rebatimentos na sociedade são sentidos em todos os aspectos. Dentro das universidades, a inserção vertical do Ensino a Distância, a redução dos auxílios e bolsas estudantis, a falta de contratação de professores e profissionais assistentes sociais, acrescidos do aumento exacerbado das demandas nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Ou seja, são dilemas das crises do próprio capitalismo.

Assim, o Estágio Supervisionado com o compromisso com a formação de qualidade e crítica da categoria profissional de Serviço Social, exige o comprometimento com o projeto de

formação, projeto de profissão, e, logo, o Projeto Ético Político. Ou seja, o compromisso com a transformação social e a defesa dos direitos sociais ao lado e enquanto classe trabalhadora.

A constante manutenção e fortalecimento do Projeto Ético Político é uma responsabilidade de todos os sujeitos protagonistas dessa profissão.

Portanto, é fundamental situar o Estágio Supervisionado em Serviço Social nas contradições essenciais das relações sociais no capitalismo, destacando o agravamento das condições materiais de vida da classe trabalhadora, situando o estágio como renda necessária para alguns estudantes, tendo em vista as particularidades da formação sócio-histórica brasileira. Por outro lado, mas na mesma moeda, é preciso reconhecer e defender as conquistas históricas da nossa profissão no que diz respeito à qualificação do exercício e da formação profissional, com a compreensão da importância do método materialista histórico-dialético e da perspectiva crítica para desvelar as contradições da realidade (ENESSO, p. 4, 2021).

Assim, reconhecer os dilemas que atravessam as condições e contradições da dinâmica posta na sociedade capitalista contemporânea, através de potentes análises de conjuntura crítica, somadas ao método materialista histórico-dialético, como parte constitutiva das dimensões teórico metodológicas, ético políticas e técnico operativas, eleva a capacidade da formação e exercício profissional das assistentes sociais em constante processo de formação.

#### **4. Os 30 anos do Projeto Profissional Hegemônico (1993 - 2023)**

Ao adentrarmos na discussão sobre o Congresso da Virada é necessário remetermos brevemente ao contexto político, social e econômico que caracterizou esse período. A década de 1970 foi marcada pela ditadura militar e empresarial, com repercussões importantes nas relações sociais que interferiram diretamente, sobretudo, nas condições de vida da classe trabalhadora. Nesta quadra histórica os movimentos sociais tiveram um protagonismo importante, no sentido de questionar as imposições arbitrárias e violentas que foram adotadas nesse período histórico. O Serviço Social neste contexto teve uma participação importante, no sentido da sua organização política, para além da definição da opção da direção crítica da profissão, alinhada com a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Neste sentido, o Congresso da Virada foi um marco histórico e importante, tendo em vista a intencionalidade da tentativa do rompimento com o “conservadorismo” no interior da profissão, tendo como projeção a direção crítica que fosse capaz de decifrar as contradições da sociedade capitalista.

Posteriormente na década de 1980, o Brasil atravessou um momento histórico importante, que culminou no processo de redemocratização do país e conseqüentemente, houve conquistas significativas, sobretudo, no campo da defesa dos direitos sociais.

Na década seguinte (1990) o país vivenciou um período de aprofundamento das desigualdades sociais, em virtude do avanço do neoliberalismo, que tinha como objetivo reduzir a responsabilidade do Estado e por outro lado ampliar a participação do mercado frente ao atendimento das demandas das expressões das questões sociais. Neste contexto de profundas contradições, o Serviço Social avançou no que diz respeito ao acúmulo do aporte teórico, ético e político que baliza o exercício profissional dos (as) Assistentes Sociais nos dias atuais.

Importante destacar que nesse período histórico o Serviço Social brasileiro, construiu importantes normativas que regulamentam e orientam o exercício. Dentre eles, ressalta-se a Lei de Regulamentação da profissão (Lei nº 8.662/1993) e o Código de Ética da (o) Assistente Social (1993). Essas normativas apresentam uma concepção crítica da profissão, para além da defesa de uma nova ordem societária, sem opressão, preconceito, discriminação, dentre outras. Em um dos seus princípios (VIII) aponta a: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.” (CFESS, 1993, p. 25).

Em 1996, foi constituído as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A elaboração desse documento teve como objetivo demarcar a concepção de formação acadêmica crítica e alinhada aos princípios do Projeto Ético Político Profissional.

Cumprir elucidar que de acordo com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, o Estágio Supervisionado em Serviço Social, é caracterizado pela síntese entre a teoria e a prática profissional, sendo que é nessa relação que se constrói a identidade do perfil profissional da (o) Assistente Social. A Resolução nº 533/2008, que foi elaborada pelo Conjunto CFESS/CRESS, teve como objetivo regulamentar e normatizar a supervisão direta de estágio em Serviço Social, e traz apontamentos importantes no que se refere às responsabilidades e compromissos das Unidades de Formação Acadêmica (UFAs), das instituições, bem como dos supervisores (as) acadêmicos e de campo, e da (o) estagiário.

No âmbito do Conjunto CFESS/CRESS o debate acerca do Estágio Supervisionado em Serviço Social tem ganhado centralidade, tanto nos Encontros Nacionais, quanto nas Comissões de Trabalho e Formação Profissional. Para além disso, nas bandeiras de luta a pauta sobre a formação acadêmica aparece numa perspectiva de defesa da educação pública, laica e socialmente referenciada.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Historicamente o Conjunto CFESS/CRESS tem realizado diversos posicionamentos em defesa da formação acadêmica, dentre eles “Meia formação não basta!”, “Educação não é fast food!”. Tais manifestações apontam de forma crítica a lógica mercantilista que a educação tem sido tratada em tempos de aprofundamento da perspectiva neoliberal em curso no país

## **5. Desafios que perduram no desenvolvimento do estágio ao longo da história da profissão**

Os desafios contemporâneos da supervisão de estágio em Serviço Social estão intrinsecamente relacionados às condições técnicas e éticas de trabalho das (os) Assistentes Sociais, inseridos nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Além disso, observa-se que em muitos campos de estágio, as/os Assistentes Sociais não possuem o Plano do Trabalho Profissional, o que traz implicações importantes e rebate diretamente na fragilização da formação acadêmica.

Nota-se ainda, que é recorrente no processo de construção do Plano de Trabalho e do Plano de Estágio, a sobreposição do referencial teórico direcionado somente às normativas das políticas sociais, por outro lado, verifica-se a pouca adesão do referencial teórico específicos da profissão (Código de Ética da (o) Assistente Social de 1993, Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993), Resoluções do Conjunto CFESS/CRESS e da ABEPSS).

O plano de trabalho e o plano de estágio não podem ser confundidos com o plano/missão institucional; e deve expressar o saber profissional, as especificidades da profissão naquele espaço sócio-ocupacional, além de garantir o direcionamento do exercício profissional, alinhado com as bandeiras de lutas da categoria.

Dessa forma, o processo de construção da identidade profissional está relacionado diretamente com as contribuições tanto da supervisora de estágio, quanto acadêmica. Neste sentido, um dos desafios está na centralidade de superar a concepção do estágio como mero cumprimento de carga horária, além de localizar o (a) estagiário (a) como ajudante nas atividades diárias do exercício profissional na instituição.

## **6. Potências do estágio supervisionado**

O estágio supervisionado em Serviço Social possui uma importante contribuição no que tange ao processo da apreensão da análise crítica do trabalho e formação profissional, que é capaz de forjar a dimensão investigativa da profissão, a fim de vislumbrar pesquisas, como por

exemplo, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cujo objeto de estudo na sua maioria se relaciona ao estágio supervisionado. Além da construção de pesquisas, de projetos de extensão, articulação entre universidade e sociedade. O estágio fortalece a atuação profissional da/o assistente social na instituição, e ao mesmo tempo é um espaço potente para o aprimoramento profissional e também para expressar a dimensão coletiva da categoria.

Por fim, o estagiário (a) do Serviço Social possui no campo de estágio um espaço privilegiado capaz de identificar as competências e habilidades profissionais contidas na Lei de Regulamentação da Profissão e no Código de Ética Profissional.

## **7. A realidade do estágio em Serviço Social na UFTM**

Diante de inúmeras demandas emergentes que colocavam a formação profissional na ordem da precarização, no Brasil, pode-se destacar a criação das legislações, da Política Nacional de Estágio e, o protagonismo das entidades ABEPSS/ CFESS-CRESS e ENESSO frente a viabilização de estágios com supervisão direta e qualificado.

Os desafios são muitos e na Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, não são diferentes de outros espaços de formação.

O curso de Serviço Social na UFTM foi criado em 2010 e desde o ano de 2011 o Núcleo de Estágio em Serviço Social já começou a ser idealizado. A busca por campos de estágio e o encaminhamento para concurso de uma assistente social foram os maiores desafios encontrados inicialmente.

O Núcleo de estágio em Serviço Social (NESS) hoje tem uma organização a qual conta com coordenação e vice coordenação (docentes), duas assistentes sociais, uma técnica administrativa e sete supervisores acadêmicas/os e espaço físico adequado para atendimentos e reuniões e, ainda é campo de estágio.

A construção de um NESS e do estágio em si pautado no que se preconiza as diretrizes de estágio demandou e demanda muitos enfrentamentos, desde a própria organização interna, até sua visibilidade externa. Criar localmente a identidade do NESS foi e é um esforço árduo e constante. Seu processo de constituição foi marcado por grandes enfrentamentos, avanços, retrocessos, mas continua criando história, amigos e inimigos.

A firmação da identidade do NESS perpassou pela criação do seu regulamento, o qual define as suas atribuições, bem como de toda a equipe, pela reformulação do projeto político pedagógico do curso, estruturando a supervisão acadêmica na matriz, bem como os conteúdos

esperados para cada período. A inclusão da disciplina Processo de Supervisão que prepara o/a estudante para serem futuros supervisores de estágio e, a disciplina introdução ao estágio (matriz 2023) que legitima uma prática de preparar os estudantes do quarto período para o estágio.

No processo de supervisão acadêmica ainda se depara com a sobrecarga dos/as professores para dedicação às visitas em campo de estágio, atendimentos individualizados dos/as estudantes em estágio. Isso não significa que não aconteça.

Cada visita de campo demanda ações que reverberam no campo da supervisão, reuniões, das decisões coletivas ou não, do acolhimento, do acompanhamento, do encaminhamento do/a discente. Neste sentido ainda nos deparamos com fragilidades, como por exemplo da necessidade de atendimento e acompanhamento psicológicos aos estagiários que ao se inserem no campo de estágio desenvolvem alguma dificuldade relacionada à saúde mental, pânico, ansiedade, medo, contato com situações vivenciadas em seu meio familiar, entre outros.

A instabilidade de oferta de vagas de estágio faz parte do cotidiano do NESS e impacta no planejamento dos/as discentes semestralmente. Dificulta a formação em oito semestres e, para além, muitas vezes fere as expectativas dos mesmos. A não oferta de vagas, algumas vezes chega para o NESS sem um diálogo prévio e, se desenha por vários motivos: substituição do/a assistente social, assistente social iniciante, espaço reduzido para receber estagiários/as, falta de interesse da instituição, fechamento provisório, mudanças no campo, insegurança do/a assistente social, necessidade de mais visitas dos supervisores acadêmicos nos campos de estágio.

O Ness é um campo rico para pesquisa, pois gera informações, principalmente pelos seus instrumentais, as quais podem subsidiar a produção de conhecimentos e trazer contribuições à categoria profissional, com a finalidade inclusive de avaliar como estão se efetivando os estágios hoje e, podendo embasar ações coletivas.

Outro ponto importante a destacar é que o estágio é um componente curricular obrigatório, sendo importante que os/as estudantes apreendam sobre o estágio em todos os períodos do curso, não ficando somente para o quinto. Isso exige dos/as docentes um trabalho integrado, alinhado com o NESS e as diretrizes para o estágio. Um trabalho realmente interdisciplinar, envolvendo os três núcleos de fundamentos. Porém, o entendimento do estágio passa a ser mais que uma inserção em campo, passa-se a compreender que todas as relações são socialmente determinadas.

A gestão do curso de Serviço Social que inclui: Curso de Serviço Social, NESS, Departamento de Serviço Social e laboratório Práxis, estando diretamente articulada para a

formação profissional depende de uma boa comunicação interna e externa. Mesmo com muitos avanços, isso ainda é palco de aprimoramentos nas relações o, que impacta no apoio às ações do Núcleo de Estágio.

Os fóruns de estágio têm sido um espaço agregador para a construção do estágio no curso de Serviço Social da UFTM. Os temas sempre emergem das salas de aula, dos campos de estágio e das discussões atuais que perpassam a profissão. Não muito distante, foi necessário discutir a unidade teoria/prática, preocupação apreendida nas relações estabelecidas de estágios. No entanto, ainda estamos no nível local. Faz-se necessário que todas as discussões locais sejam encaminhadas para um fórum regional e depois nacional, voltando para o local com propostas, decisões, normativas, entre outros. A unidade nacional das universidades no enfrentamento de pautas comuns, traria para o conjunto, além de vivências, embasamento e estratégias para suas ações.

As expressões da questão social materializada na vida cotidiana dos estudantes acabam por dificultar os seus estágios e sua formação. Pouco tempo ou nenhum para a efetivação do estágio; estágio visto como cumprimento de carga horária, estágio remunerado com um quê de mão de obra barata, estágio não obrigatório e remunerado dificultando a contratação de mais assistentes sociais. Inclusive, questiona-se o termo estágio remunerado. Remunerado vem do trabalho, bolsa vem do estudo. Vê-se nestas possibilidades de remuneração de estágio a necessidade de um acompanhamento muito de perto das supervisões acadêmicas e de campo.

Em 2020, com o advento da pandemia, tudo tomou formas e contornos duvidosos. A população mundial, o período pandêmico trouxe a necessidade de reorganização da sociedade, buscando no isolamento social a estratégia para a contenção da contaminação. Assim, somente as atividades essenciais foram mantidas de modo presencial.

A educação como atividade de formação, apesar de necessária, não foi atividade essencial neste momento, o que nos fez concordar com nossa entidade de representação ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) quando disse que “Entendemos assim, que este resguardo precede a qualquer acúmulo de conhecimentos que possa ser agregado na formação profissional dos/as estagiários/as”. (ABEPSS, 2020)

O parecer do Projeto ABEPSS com Você, em junho de 2020, deixou explícito que mesmo compreendendo o momento histórico que vivenciamos, “[...] apenas as atividades essenciais para o enfrentamento da pandemia COVID-19, devem ser mantidas. As atividades formativas não são atividades essenciais, portanto o estágio (como atividade de formação) deve ser suspenso neste



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

momento”. E ressalta que “Inclusive os estágios realizados na área da saúde, pois a presença do estagiário nesses serviços possui o objetivo da formação, do aprendizado e não do atendimento à população”.

A pandemia fez com se fosse repensada todas as ações do curso de Serviço Social e o estágio, aliada às análises conjunturais que trouxe a dimensão política materializada na vida e morte da população e sua pauperização, além de todas as pressões para um retorno presencial, híbrido, sem a mínima segurança por parte da universidade. Debates homéricos foram travados e a saúde em primeiro lugar.

A complexidade que envolve estágio e supervisão, diz respeito ao fato de que formação e exercício profissional estão imersos em um conjunto de relações sociais, o que faz com que sua compreensão vá além do seu sentido estrito do fazer cotidiano.

Hoje, observando a negação da negação, constrói-se o novo com o velho e mais uma vez o novo velho se desenha no conjunto da formação profissional, carregando as sequelas vividas e os impactos sofridos, até um futuro bem, bem longe.

O projeto ético-político do Serviço Social também se efetiva no espaço da formação acadêmica e encontra-se projetos em disputa a todo momento, no entanto a defesa dos nossos princípios éticos é intransigente para quem compactua com uma nova ordem social. Muitas conquistas foram alcançadas ao longo da história. No entanto, ainda precisamos avançar na formação profissional e estes espaços de formação, como o Fórum se faz particular para todos envolvidos e comprometidos com a sociedade.

## Aproximações Conclusivas

E aprendi que se depende sempre  
De tanta, muita, diferente gente  
Toda pessoa sempre é as marcas  
Das lições diárias de outras tantas pessoas  
[...]

É tão bonito quando a gente pisa firme  
Nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos  
É tão bonito quando a gente vai à vida  
Nos caminhos onde bate, bem mais forte o coração.  
(GONZAGUINHA, **Caminhos do Coração**. 1982)



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O estágio supervisionado em Serviço Social ocupa um lugar central e estratégico no processo de formação acadêmica, haja vista que o(a) estagiário(a) tem a possibilidade de vivenciar no espaço sócio-ocupacional dos(as) Assistentes Sociais, a articulação das dimensões teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativa. Nota-se ainda, que é nessa relação dos sujeitos envolvidos, estagiário (a), supervisor (a) campo e acadêmico que se constrói a identidade profissional dos futuros (as) Assistentes Sociais.

Sendo assim, ambos os sujeitos têm um compromisso importante no sentido contribuir com uma formação crítica, propositiva e alinhada com as bandeiras de lutas das entidades representativas da profissão, dentre elas o Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, as quais seguem reafirmando o compromisso com a defesa da formação pública, gratuita, presencial, socialmente referenciada e de qualidade.

Desta forma, o Fórum de Estágio, constitui-se como um espaço importante e potente, o qual promove a interlocução de saberes e as diversas experiências de supervisão de estágio, além de ser considerado como um espaço de formação continuada para as/os supervisoras (es) de campo de estágio, e a produção de conhecimentos, conforme expressa a síntese das reflexões deste artigo.

Sendo assim, seguimos tendo como desafio, legitimar, defender e materializar os preceitos que estão inscritos nas normativas que orientam a formação acadêmica, bem como do exercício profissional dentre elas: Plano Nacional de Estágio, Resolução 533/2008, Código de Ética da/o Assistente Social e a Lei de Regulamentação da Profissão, dentre outras.

Mas já é notória a mudança da concepção sobre estágio e supervisão na profissão, ainda que siga a presença de ranços do conservadorismo, principalmente no e a partir dos imperiosos desafios impostos nos lustres tempos atravessados pela Pandemia Covid-19.

Por fim, permanecemos vigilantes, atentos e construindo formas de resistência e de luta, que garanta a formação acadêmica e o exercício profissional de qualidade e crítico, em tempos de profunda crise do capital, e de narrativa de “reconstrução” da democracia, dos direitos humanos e da possibilidade da ampliação dos direitos sociais.

## Referências

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio em Serviço Social**. 2010. Disponível em [https://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss\\_mai2010\\_corrigida.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_mai2010_corrigida.pdf). Acesso em 12 dez. 2023

CFESS. **Código de Ética da/o Assistente Social**. Brasília,DF, 1993.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

CFESS. **Lei n. 8662/1993 de Regulamentação da Profissão de Assistente Social no Brasil.** Brasília, DF, 1993.

DURIGUETTO, M.L. **Sociedade Civil e democracia: um debate necessário.** São Paulo: Cortez, 2007.

ENESSO. **Relatório Nacional de Estágio: reflexões a partir do Formulário acerca da Situação do Estágio em Serviço Social durante a pandemia.** 2021. Disponível em:  
[https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/relatorio-nacional-de-estagio\\_-reflexoes-a-partir-do-formulario-acerca-da-situacao-do-estagio-em-servico-social-durante-a-pandemia-202109302233580802590.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/relatorio-nacional-de-estagio_-reflexoes-a-partir-do-formulario-acerca-da-situacao-do-estagio-em-servico-social-durante-a-pandemia-202109302233580802590.pdf). Acesso 12 dez. 2023.

GONZAGUINHA, **Caminhos do Coração.** 1982.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

NETTO, J.P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Gabriela P. O estágio supervisionado em Serviço Social como estratégia de fortalecimento do Projeto ético-político. **Revista Serviço Social em perspectiva.** Montes Claros, v.4, n.1, jan/jun-2020. Disponível em  
<<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/2578/2857>>. Acesso 12 dez. 2023